



Rogério Soares

ASSOCIAÇÃO DO LAR
E CENTRO DE DIA
DE SÃO SALVADOR DO CASTELEIRO

-----X-----

CONTAS DE GERÊNCIA
DO
EXERCÍCIO DE 2017

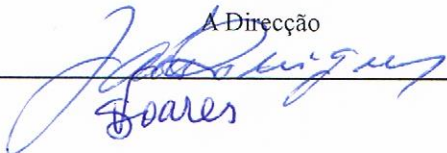
ASSOC LAR E CENTRO DE DIA SAO SALVADOR CASTELEIRO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 502078880

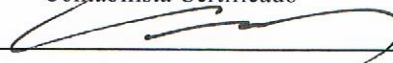
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos Fixos Tangíveis		639 530,22	639 574,67
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		639 530,22	639 574,67
Activo corrente			
Matérias-primas		1 098,87	1 024,20
Créditos a receber		156 456,46	132 650,44
		157 555,33	133 674,64
Total do ativo		797 085,55	773 249,31
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		675 741,25	675 741,25
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		34 779,78	22 132,66
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		16 634,77	8 362,68
		727 155,80	706 236,59
Resultado líquido do período		9 071,75	12 647,12
Total dos fundos patrimoniais		736 227,55	718 883,71
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		2 392,40	0,00
		2 392,40	0,00
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos		15 247,48	8 044,62
Remuneracoes a Pagar		43 218,12	47 397,15
		58 465,60	55 441,77
Total do passivo		60 858,00	55 441,77
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		797 085,55	774 325,48

A Direcção


Soares

Contabilista Certificado



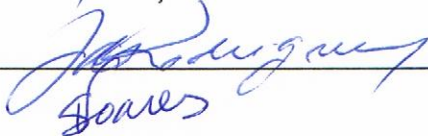
ASSOC LAR E CENTRO DE DIA SAO SALVADOR CASTELEIRO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 502078880

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		317.292,12	324.223,07
Subsídios, doações e legados à exploração		185.102,33	191.310,23
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		45.897,11	62.654,46
Fornecimentos e serviços externos		85.444,24	82.504,07
Gastos com o pessoal		348.735,27	345.302,47
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		3.181,00	3.443,91
Outros gastos		1.105,93	387,62
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		24.392,90	28.128,59
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		15.321,15	15.481,47
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.071,75	12.647,12
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		9.071,75	12.647,12
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		9.071,75	12.647,12

A Direção


 Soares

Contabilista Certificado

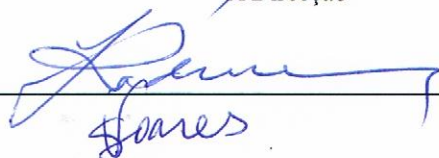


ASSOC LAR E CENTRO DE DIA SAO SALVADOR CASTELEIRO
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		331 319,15	327 555,45
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	6 712,78
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		186 321,77	171 522,98
Pagamentos ao pessoal		228 591,46	208 620,67
Caixa gerada pelas operações		-83 594,08	-59 300,98
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		99 574,36	94 016,47
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		15 980,28	34 715,49
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		15 980,28	34 715,49
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	281,99
Caixa e seus equivalentes no início do período		131 788,14	111 657,96
Caixa e seus equivalentes no fim do período		148 062,45	131 788,14

A Direcção



Contabilista Certificado





Paulo Soares

ASSOC LAR E CENTRO DE DIA SAO SALVADOR CASTELEIRO

Anexo

31 de dezembro de 2017

1 Identificação da Entidade

A “ASSOC LAR E CENTRO DE DIA SAO SALVADOR CASTELEIRO” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação” com sede na Rua das Escolas, S/N, 6320-121 Casteleiro, tendo como atividade o Apoio a pessoas idosas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projectar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é materialmente relevante se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve reflectir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transacções e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um activo, mas se continua a

usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.11 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, de acordo com o Decreto regulamentar nº 2/90 e 25/2009, pelo método das quotas constantes. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	5
Equipamento básico	14.28
Equipamento de transporte	25
Equipamento biológico	0
Equipamento administrativo	12.50 e 33.33
Outros Ativos fixos tangíveis	12.50

3.2.2 Inventários

Os "Inventários" estão registados pelo preço de aquisição

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das depreciações, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.4 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.
- d) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.

4 Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contábilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00					890 985,67
Edifícios e outras construções	880 985,67					25 165,99
Equipamento básico	23 856,04					86 037,50
Equipamento de transporte	86 037,50					0
Equipamento biológico	39 357,61					43324,36
Equipamento administrativo	0,00					2 540,34
Outros Ativos fixos tangíveis	2 540,34					
Total	1 032 777,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1 048 053,86
Depreciações acumuladas						0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00					274 691,50
Edifícios e outras construções	268 144,32					22 273,38
Equipamento básico	18 559,73					86 037,50
Equipamento de transporte	86 037,50					22 980,92
Equipamento biológico	17 920,60					22980,00
Equipamento administrativo	0,00					2 540,34
Outros Ativos fixos tangíveis	2 540,34					
Total	393 202,49	0,00	0,00	0,00	0,00	408 523,64

6. Inventários

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 259,84	62 477,32	0,00	1 024,20	59 820,86	0,00	1 098,87
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	1 259,84	62 477,32	0,00	1 024,20	59 820,86	0,00	1 098,87
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				62 654,46			45 897,11
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

7 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Mensalidades dos Utentes	314 436,12	322 639,07
Quotas	2 856,00	1 584,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	317 292,12	324 223,07

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	284 452,14	276 604,85
Benefícios Pós-Emprego	360,37	254,54
Indemnizações	0,00	3 035,67
Encargos sobre as Remunerações	60 200,34	60 687,10
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2 438,32	3 688,61
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1 284,10	1 031,70
Total	348 735,27	345 302,47

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	800,00	800,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	1296,80	1 777,94
Perdas por Imparidade	4 497,21	0,00
Total	6 594,01	2 577,94

10 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	808,67	415,48
Depósitos à ordem	147 253,78	111 242,48
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	148 062,45	111 657,96

11 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	675 741,25	0,00	0,00	675 741,25
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	22 132,66	12 647,12	0,00	34 779,78
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	8 362,68	10 000,00	1 727,91	16 634,77
Total	706 236,59	22 647,12	1 727,91	727 155,80

12 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2 573,00	0,00
Segurança Social	12 674,48	6 609,62
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	15 247,48	6 609,62

13 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		-4 497,21		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		1 744,40		-1 777,94
Total	0,00	-2 752,81	0,00	-1 777,94

14 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	179 300,74	186 121,86
Subsídios de outras entidades	250,00	0,00
Doações e heranças	5 285,00	5 188,37
Legados	266,59	0,00
Total	185 102,33	191 310,23

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

15 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	31 218,19	26 508,20
Materiais	2 169,43	2 323,53
Energia e fluidos	28 596,44	32 065,75
Deslocações, estadas e transportes	24,98	732,62
Serviços diversos	23 435,20	20 344,53
Total	85 444,24	81 974,63

16 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	3 191,00	3 443,91
Total	3 191,00	3 443,91

17 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	365,64	300,33
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	653,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	87,29	87,29
Total	1 105,93	387,62



18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas. Foram provadas pela Assembleia Geral em 24 de março de 2018.

CASTELEIRO, 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

A Direcção